

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA SECRETARIA ESTADUAL

PORTARIA Nº 30, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

Designa servidores para Comissão de Fiscalização da Obra de reforma da sede e anexos desta Procuradoria da República em Roraima, objeto do Contrato PRRR nº 13/2016.

O SECRETÁRIO ESTADUAL DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições lhe conferidas pelo artigo 41, inciso XVIII, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal (<u>Portaria SG/MPF nº 382/2015</u>),

CONSIDERANDO a necessidade de fiscalização do Contrato PRRR nº 13/2016, cujo objeto é a reforma do Edifício-sede e anexos da Procuradoria da República em Boa Vista – Roraima;

CONSIDERANDO a necessidade de que tal fiscalização seja realizada por conjunto de servidores dos quadros do Ministério Público Federal, em virtude de sua complexidade e do alto valor do contrato;

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores do Ministério Público Federal abaixo relacionados, lotados na Procuradoria da República no Estado de Roraima, para constituírem a Comissão de Fiscalização do Contrato PRRR nº 13/2016, cujo objeto é a reforma do edifício-sede e anexos da Procuradoria da República em Roraima:

- **Josenildo Bezerra de Oliveira,** matrícula nº 23.212, Técnico do MPU / Apoio Técnico-Administrativo / Administração, chefe do Setor de Logística;
- **Jardel Pereira de Lira**, matrícula 23.815, Técnico do MPU / Segurança Inst. e Transporte, Assessor de Engenharia;
- Tammy Nabilla Sousa Cruz, matrícula nº 26.196, Assessora de Engenharia Civil;
- **Juscelino Eufrasino de Pinho**, matrícula nº 19.469, Analista do MPU / Apoio Técnico-Especializado / Gestão Pública.
- Art. 2º. A Comissão será presidida pelo servidor Josenildo Bezerra de Oliveira, chefe do Setor de Logística.
- Art. 3º O Presidente será substituído, em seus impedimentos eventuais e afastamentos legais, pelo membro Juscelino Eufrasino de Pinho.
- Art. 4°. Todos os membros da Comissão devem tomar conhecimento do inteiro teor do Contrato, da legislação pertinente, especialmente da <u>Portaria SG/MPF nº 110/2015</u> e suas alterações, e dos detalhes do Projeto Executivo, registrando todas as ocorrências em diário eletrônico.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA SECRETARIA ESTADUAL

Art. 5°. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Comissão deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

IGOR JOSÉ BARBOSA DUARTE LOPES

Publicada no DMPF-e, Brasília, DF, 22 dez. 2016. Caderno Administrativo, p. 46

Ministério Público Federal